



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS



MOÇÃO

Pela Condenação da Agressão dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela e de Solidariedade com o Povo Venezuelano

O STAL condena veementemente a agressão militar levada a cabo pelos Estados Unidos da América contra a República Bolivariana da Venezuela, o seu território, o seu povo e a sua soberania, bem como o sequestro do Presidente da República, Nicolás Maduro, e da sua esposa, actos que configuram uma gravíssima violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Esta acção representa uma escalada da política de ingerência, bloqueios, sanções e ameaças promovida há décadas pelos EUA contra a Venezuela e outros países da América Latina e das Caraíbas, visando o controlo dos seus recursos naturais e energéticos, em particular do petróleo.

Esta agressão insere-se numa estratégia mais ampla de confrontação e desestabilização da América Latina e das Caraíbas, região historicamente alvo de ingerências, provocações e bloqueios por parte do imperialismo norte-americano, com o apoio e conivência da UE, com especial incidência sobre países como a Venezuela e Cuba.

Os ataques dos EUA visam assegurar o controlo geoestratégico da região e a apropriação dos seus vastos recursos naturais e energéticos, nomeadamente o petróleo, encontrando-se na Venezuela a maior reserva comprovada a nível mundial. Trata-se de uma política de carácter imperialista e neocolonial, promotora de conflitos, tensões e guerras em várias regiões do globo.

O STAL denuncia igualmente os intentos dos EUA de impor um governo fantoche na Venezuela, ao serviço dos interesses das multinacionais petrolíferas norte-americanas, bem como as ameaças dirigidas a outros países da América Latina e das Caraíbas, que constituem uma ameaça à soberania dos seus povos e à paz mundial.

O STAL repudia o posicionamento do Governo português, que não só não condena a agressão dos EUA e o sequestro do Presidente venezuelano, como procura legitimá-los, assumindo uma postura cúmplice de uma flagrante violação do direito internacional, em contradição com a Constituição da República Portuguesa. Defender os direitos e a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela não é alinhar com bloqueios económicos, roubos de

activos, ingerência e agressão externa, mas sim exigir o respeito pela soberania venezuelana e pelo direito do seu povo a decidir livremente o seu destino.

Nestes termos, o STAL:

- Exige o fim imediato da agressão militar dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela;
- Exige a libertação imediata do Presidente Nicolás Maduro, da sua esposa e de todos os cidadãos venezuelanos ilegalmente detidos pelos EUA;
- Exige que o Governo português condene de forma clara esta agressão, se posicione pelo cumprimento do direito internacional e pela defesa da paz;
- Reafirma a sua total solidariedade com os trabalhadores e o povo venezuelano;
- Reitera o seu compromisso com a luta pela paz, pela cooperação e pelo respeito pela soberania de todos os povos, redobrando a solidariedade face às ameaças e provocações do imperialismo norte-americano.

Sim à Paz, Não à Guerra!

Lisboa, 9 de Janeiro de 2026

Pl'A Direcção Nacional do STAL